



Orçamento 2013 deve aguardar resposta do STF

Tribunal deverá se manifestar sobre possibilidade de exame da matéria antes dos vetos presidenciais. O relator-geral, Romero Jucá, pediu definição ainda em fevereiro

Avotação do Orçamento da União para este ano não ocorrerá hoje, como previsto, e permanece à espera de um consenso em relação

à questão dos vetos presidenciais. A Advocacia-Geral da União apresentou ontem ofício ao STF pedindo uma manifestação definitiva sobre o tema. **3**



Paulo Darcy Brasileiro

Transposição do São Francisco deve beneficiar 12 milhões de pessoas no Nordeste

Recursos contra a seca na pauta de comissão

A medida provisória que destinou ao Ministério da Integração Nacional R\$ 358 milhões para ações contra a seca será analisada hoje pela Comissão Mista de Orçamento. Ontem, o

senador Cícero Lucena criticou o governo federal pela demora na conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco, que atingiram custo equivalente ao triplo do previsto. **7**

Rolleberg defende nova sigla 2

Aloysio vê falhas na Petrobras 3



Jonas Pereira/Agência Senado

Para Renan, é preciso aguardar "um prazo de bom senso" e construir uma solução política entre os partidos no Congresso

Comissão do novo Código Penal se reúne para marcar audiências públicas 2

Viana propõe regras mais rígidas sobre alvarás para casas noturnas 6

Randolfe: país quer Ministério Público com poder de investigação 8

Alvaro reage a protesto contra Yoani Sánchez 8

especial Cidadania



Joelcio Scrimmo

Em assembleia, Sindicato dos Metalúrgicos orienta trabalhadores a reivindicarem o direito

Aviso prévio proporcional vale para ações anteriores no STF

Trabalhadores que antes de lei entrar em vigor pediram no Supremo Tribunal Federal direito previsto na Constituição serão beneficiados. Verba rescisória pode chegar a 90 dias, de acordo com tempo de trabalho. **4 e 5**



Wikipédia

Dissidente cubana desembarcou ontem no Brasil

José Cruz/Agência Senado



No ano passado, José Sarney (C), então presidente do Senado, recebe de juristas o anteprojeto de lei do novo Código Penal

Comissão do novo Código Penal define agenda na quinta

Cronograma para o semestre prevê audiências para ouvir a sociedade sobre o projeto, que aborda assuntos polêmicos, como descriminalização do porte de drogas e novas hipóteses para aborto legal

A COMISSÃO ESPECIAL que examina o projeto do novo Código Penal definirá na próxima quinta-feira a agenda de trabalho para o semestre. Na reunião administrativa, às 10h, os integrantes vão tratar do cronograma das novas audiências públicas e buscar consenso em torno do pré-relatório sobre o PLS 236/12, que deverá servir de base para as discussões com a sociedade.

Eunício Oliveira (PMDB-CE), que preside a comissão, disse esperar que dentro de 15 dias esse texto fique pronto. Depois das audiências e

contando com novos subsídios, Pedro Taques (PDT-MT) fechará o relatório final, que deve ser votado na comissão até junho.

O projeto em tramitação resultou do trabalho de uma comissão de juristas e inclui temas controversos, como a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal e novas hipóteses de aborto legal. Inicialmente, a intenção era votar o projeto no Senado até novembro de 2012, mas a comissão decidiu estender o cronograma para reabrir as discussões com a sociedade.

Para Eunício, retomar as audiências a partir de uma proposta já depurada pelo debate interno contribuirá para o bom andamento dos trabalhos. Ele confirma que a redação do pré-relatório de Taques altera alguns pontos do texto original, que já recebeu mais de 460 emendas do conjunto dos senadores.

O presidente da comissão prevê a realização de seis a oito audiências. Deverão ser convidados juristas e entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e associações de magistrados e promotores.

“Buscar amplo entendimento é prioridade”

Depois da votação na comissão especial, a matéria deve ainda passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e finalizar a tramitação em Plenário.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que integra a comissão, considerou possível o envio do projeto à Câmara ainda este ano. Porém, salientou que a preocupação principal é

buscar um entendimento amplo. Ele ponderou que ainda há muitas dúvidas, polêmicas e contestações entre senadores e também nas opiniões jurídica e pública sobre o projeto.

Ana Amélia critica lentidão da Justiça Eleitoral

Ana Amélia (PP-RS) lamentou o fato de os cidadãos terem que arcar com os custos de uma segunda eleição para prefeito em Criciúma (SC). A Justiça Eleitoral marcou uma nova eleição para 3 de março — o candidato mais votado na disputa de outubro teve o registro de candidatura impugnado.

De acordo com a senadora,

é preciso que o Judiciário evite que a sociedade seja penalizada em razão da demora nas sentenças. Um candidato sob o risco de impugnação, argumentou, não deveria chegar a ser eleito.

— É preciso o mínimo de racionalidade. Não é aceitável que a gente saia de uma eleição e entre em outra porque

faltaram rapidez e agilidade nos processos de impugnação. Quem paga a conta é o contribuinte, que já tem uma carga pesada de tributos.

Ela se disse contrária à proposta de imputar ao candidato impugnado os custos da nova eleição. Segundo ela, seria uma “penalização despropositada”.

Reprodução/Get Datas



Vista da cidade de Criciúma (SC), que terá nova eleição para prefeito: Ana Amélia diz que cidadãos pagarão a conta

Rolleberg defende que sigla de Marina ganhe tempo na TV

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu a legitimidade da Rede Sustentabilidade, novo partido político criado por Marina Silva, ex-senadora e ministra do Meio Ambiente no governo Lula.

No entender do senador, a nova legenda precisa ter os mesmos direitos e prerrogativas das siglas já em funcionamento.

— Renovação é muito importante. Defendo que parlamentares e setores da sociedade tenham liberdade de criar seu próprio partido — afirmou o parlamentar.

Ele disse ter ficado “assustado e surpreso” ao saber que parlamentares de diversos partidos estão articulando alterações na legislação para dificultar o processo de criação da Rede Sustentabilidade.

Segundo o senador, o intuito dessas mudanças é aumentar o número de assinaturas de eleitores necessário para a criação de um partido político ou impedir que a nova legenda consiga tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.

— É um gesto de casuismo que não pode ser

suportado, é um casuismo intolerável. Nós do PSB não compactuamos com qualquer medida de restrição à liberdade de organização partidária.

Urnas

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) discordou de Rolleberg e lembrou que o tempo que cada partido tem à disposição no rádio e na TV e o acesso ao Fundo Partidário refletem o resultado das urnas. Assim, de acordo com ele, a redistribuição desse tempo, favorecendo uma nova agremiação, iria contra a vontade do eleitor.

— Foram os eleitores que deram a cada um dos partidos o tamanho das bancadas que têm. De modo que é uma decisão tomada democraticamente pelo eleitorado, essa do tamanho de cada bancada e, por via de consequência, do tempo de televisão e de rádio.

Cristovam Buarque (PDT-DF) assinalou que o país precisa de uma “reforma política mais ampla e radical”. Ele afirmou ter dúvida se a criação de um novo partido será positiva para o Brasil.



Marina Silva participa do encontro em que foi aprovada a criação da nova sigla

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta continua trancada pela MP 585/12, que libera R\$ 1,95 bilhão para estados e municípios.

PRESIDÊNCIA Brasil sem Miséria

11h Renan vai ao anúncio do Plano Brasil sem Miséria, no Planalto; à tarde, dirige reunião da Mesa e preside ordem do dia.

CONSUMIDOR Superendividamento

8h30 Audiência da comissão que examina alterações no Código de Defesa do Consumidor discute superendividamento.

TRANSPOSIÇÃO Empreiteiras

15h A comissão que acompanha a transposição do Rio São Francisco ouve representantes de empreiteiras contratadas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Relator-geral anuncia que o projeto do Orçamento de 2013 não será votado hoje devido a dúvidas sobre segurança jurídica de apreciá-lo antes da análise dos vetos

Jucá: votação do Orçamento só depois de manifestação do STF

O RELATOR-GERAL, ROMERO Jucá (PMDB-RR), disse que o projeto de lei do Orçamento de 2013 não será votado hoje, como havia sido previsto. Dúvidas quanto à segurança jurídica da apreciação do Orçamento antes dos mais de 3 mil vetos presidenciais que constam na pauta do Congresso Nacional criaram um impasse.

— Espero que o Orçamento seja votado na semana que vem — disse Jucá.

A decisão dos líderes partidários do Senado e da Câmara dos Deputados, segundo Jucá, é de aguardar manifestação formal do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a possibilidade de votar a Lei Orçamentária de 2013 antes da análise dos vetos.

— A ideia é a de que o Supremo possa se manifestar rapidamente, liberando a



Jucá diz esperar que a votação possa acontecer na semana que vem

votação — explicou.

Jucá considerou “prudente” a decisão das lideranças partidárias.

— Entendo, apoio e aguardo com ansiedade a manifestação do STF registrando que a pauta do Congresso está livre para o Orçamento ser votado — completou o relator-geral, ressaltando que a proposta

orçamentária deve ser aprovada ainda em fevereiro.

O senador acrescentou que os líderes decidiram fazer uma programação para apreciação dos vetos, a fim de “encerrar” o rito dessas ações legislativas — que ficam como “almas penadas” nos corredores do Congresso sem uma decisão final, e legítima, do Poder Legislativo.

Pouco antes, o presidente do Senado, Renan Calheiros, já havia declarado que a votação do Orçamento poderia não ocorrer na reunião do Congresso de hoje.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, que se reuniu ontem com Renan, acrescentou que a Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou ofício ao STF pedindo que a questão seja esclarecida de forma definitiva (veja ao lado).

— Resolvendo-se essa questão, o Congresso vai cumprir a sua parte — garantiu.

Prioridades

Sem a votação do Orçamento nesta semana, os parlamentares deverão priorizar a votação das três medidas provisórias em pauta no Legislativo — duas na Câmara dos Deputados (MPs 581/12 e 582/12) e uma no Senado (MP 585/12).

A MP 581 prevê incentivos da União a instituições financeiras oficiais para investimentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). A 582 trata, entre outros assuntos, da contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços. A 585 dispõe sobre auxílio da União a estados e municípios para fomentar exportações.

Renan e Henrique Alves aguardam consenso

Renan Calheiros disse ser importante que o processo legislativo ande pelo caminho do entendimento. Ele afirmou que há duas possibilidades para a votação do Orçamento: aguardar a decisão do Plenário do STF ou, se houver demora na manifestação do Supremo, construir um consenso para a apreciação dos vetos.

Segundo Henrique Alves, o Orçamento é um assunto que interessa ao governo, à oposição, aos estados e ao Congresso. No entanto, alguns partidos

têm questionado a legalidade de votá-lo antes da apreciação dos vetos presidenciais. Alves disse que é preciso alcançar o “consenso do bom senso”.

De acordo com Renan, é preciso aguardar “um prazo de bom senso” e construir uma solução política entre os partidos no Senado e na Câmara. Ele admitiu que o STF não deu previsão de prazo e sinalizou que pretende conversar logo com o ministro Luiz Fux, do tribunal, sobre o assunto.

Os presidentes do Senado e



Presidentes da Câmara (E) e do Senado decidem aguardar resposta do Supremo

da Câmara ainda informaram que está prevista uma reunião no dia 13 de março entre os líderes partidários e os 27 governadores. O objetivo é discutir uma pauta mínima de assuntos relacionados ao

pacto federativo. Renan disse que o compromisso das duas Casas será votar rapidamente a agenda que for definida.

— O Parlamento quer ser protagonista na relação federativa — acrescentou Alves.

Aloysio Nunes acusa governo de “arrebentar a Petrobras”



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) voltou a criticar ontem a atuação do governo petista à frente da Petrobras. Segundo o senador, a “situação dramática” da empresa foi novamente posta em evidência com reportagem na última edição da revista *Exame*.

Para Aloysio, o PT promoveu uma “privatização disfarçada” da companhia ao entregar a gestão da estatal a partidos políticos e facções sindicais.

— Se quisermos saber como arrebentar com uma empresa, é preciso recorrer às lições do PT. Há grandes professores, a começar por Lula, passando pela Dilma Rousseff, pela atual presidente [da empresa], Graça Foster, e pelo principal artífice de destruição, o senhor José Sergio Gabrielli [ex-presidente da Petrobras] — afirmou.

Os indicadores da petrolífera, disse, só pioram desde a descoberta do pré-sal. Ele citou queda de 36% no lucro e de 2% na produção em 2012.

Política econômica do Brasil é “capenga”, afirma Agripino



José Agripino (DEM-RN) fez duras críticas ao “modelo capenga” da política econômica brasileira, que, em sua avaliação, tem feito o país perder a competitividade diante de outras nações emergentes.

O senador, que atacou o excesso de burocracia e a elevada

carga tributária do país, considera que o governo deixou de tomar medidas importantes em resposta à crise mundial de 2008.

— Só há um caminho para nós nos reencontrarmos: é o Brasil assumir de verdade que o capital privado tem que ser prestigiado — afirmou.

Agripino lembrou que países como México, Chile, Colômbia e China investiram fortemente para se tornarem competitivos após contornada a crise.

— O Brasil se descuidou. Não investiu em estradas, portos, aeroportos. Não investiu na diminuição da carga tributária. Não investiu na qualificação dos seus quadros. Não investiu na desburocratização.

Flexa Ribeiro pede conclusão de obras de hidrovias no Pará



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou do governo federal o fim do impasse em torno das obras da Hidrovia do Tocantins. Ele salientou a unanimidade da bancada parlamentar do Pará em apoio à retomada da construção, paralisada desde 2011.

— É um sentimento e a vontade de mais de 7,5 milhões de paraenses que clamam por essa obra. Não dá para fazer política com esta obra que não seja política de Estado. Isto é algo que tem a maior importância para o desenvolvimento, não só do sul e do sudeste do Pará, mas de todo o estado.

O senador disse que as eclusas de Tucuruí, inauguradas em 2010, foram necessárias, mas não suficientes para a navegabilidade no Rio Tocantins, que depende do derrocamento (retirada) do Pedral do Lourenço. O senador lamentou que a presidente Dilma Rousseff tenha determinado, em julho de 2011, a suspensão da obra.

Governo quer esperar decisão sobre vetos

Líderes governistas do Senado e da Câmara se reuniram ontem com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para discutir a estratégia do governo sobre a votação do Orçamento de 2013 e dos vetos que trancam a pauta do Congresso.

Também esteve presente o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, que encaminhou ontem pedido para que o STF se manifeste oficialmente sobre a possibilidade de o Congresso votar a proposta orçamentária de 2013 antes da apreciação dos vetos. Adams detalhou o pedido para que o Plenário da Corte reconsidere decisão liminar do ministro Luiz Fux determinando que a análise dos vetos seja feita por ordem cronológica. O governo sugere que essa obrigatoriedade seja apenas para vetos que ainda estejam dentro do prazo para exame (30 dias), ficando todos os demais dispositivos vetados automaticamente acatados.

Segundo Adams, se mantida a exigência da ordem cronológica para vetos com prazo esgotado, haverá insegurança jurídica e “uma verdadeira corrida ao Judiciário para questionar a legitimidade de atos praticados pela administração pública”. A Advocacia-Geral também alerta para impactos nas contas do governo se vetos antigos vierem a ser derrubados, gerando rombo que pode passar de R\$ 1 trilhão — só os retroativos já somariam R\$ 470 bilhões.

Aviso prévio de até 90 dias vale para a

Decisão do Supremo Tribunal Federal refere-se só a processos naquela Corte. Verba rescisória de acordo com tempo de serviço prestado é direito previsto na Constituição, mas só passou a valer após projeto do Senado transformar-se em lei, em 2011

Marcio Maturana

QUEM FOI DEMITIDO antes de 13 de outubro de 2011 — quando foi publicada no *Diário Oficial da União* a Lei 12.506/11, que regulamenta o aviso prévio proporcional — também poderá receber esse direito, desde que tenha entrado com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) até aquela data e antes de a demissão ter completado dois anos (prazo normal para dar entrada em ações de direitos trabalhistas). Essa decisão foi tomada pela Corte há duas semanas, pouco antes do Carnaval, por unanimidade dos ministros. Atinge 39 ações em andamento no STF.

O aviso prévio (que pode ser convertido em dinheiro para quem é demitido sem justa causa) já equivalia a 30 dias para quem trabalhou mais de três meses na mesma empresa. Pela nova lei, esse tempo será acrescido de três dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 60 dias a mais. Ou seja: pode chegar ao valor equivalente a 90 dias de trabalho para quem trabalhou mais de 20 anos na mesma empresa. Antes eram 30 dias independentemente do tempo de serviço prestado.

— A nova regra de aviso prévio cumpre a função social de dar amparo ao trabalhador. Afinal, quem vai ficando mais velho na mesma empresa enfrenta mais dificuldade para se recolocar no mercado de trabalho quando se vê desempregado — disse o vice-presidente, no Distrito Federal, da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, Antonio Alves Filho.

Segundo o STF, deram entrada naquela instância 60 mandados de injunção (instrumentos judiciais que tratam de casos de violação de direitos constitucionais) reivindicando o aviso prévio proporcional. Desses, restam os 39 processos em andamento, pois 20 foram julgados improcedentes, e apenas 1, procedente. “Essas pessoas que entraram com o mandado e deflagraram o processo [que motivou a aprovação da lei] estavam no limbo. Então, eu trouxe

para decidir”, disse o relator da questão no STF, ministro Gilmar Mendes.

— Muitas ações que ainda tramitam em primeira ou segunda instância ganharam mais chance de terem decisões favoráveis aos trabalhadores. Em relação à lei, acredito que este tenha sido o primeiro direito de trabalhadores vindo do Congresso nos últimos dez anos — ponderou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres.

Torres afirma que seu sindicato foi a primeira entidade a assessorar os trabalhadores na reivindicação do aviso prévio proporcional na Justiça, com campanha de mobilização e assessoramento de advogados. Desde a aprovação do projeto de lei, o sindicato atendeu mais de 2 mil metalúrgicos e deu entrada em cerca de 1.400 ações, sendo que 55% foram resolvidas antes da primeira audiência, por acordo com a empresa ou desistência do trabalhador em função do baixo valor. Para 30% das ações do sindicato, ainda cabem recursos. Os outros 15% das ações

estão em fase de instrução.

— Com as vitórias de nossas ações, recebemos muitos pedidos de informação de outros sindicatos. Na verdade, esse direito tinha des- crédito do corpo jurídico das demais entidades, pois achavam que não ia avançar. Fica a lição de estarmos sempre atentos até às perspectivas de direitos — disse Torres.

Outros países

Em países como Alemanha, Dinamarca, Itália, França e Suíça, o tempo de aviso prévio também é variável. Em alguns casos, pode chegar a seis meses, dependendo da duração do contrato de trabalho e da idade do demitido. Trabalhadores de Argentina, Paraguai, Venezuela e México também recebem o direito de acordo com o tempo de serviço. Uma recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) emitida em 1982 sobre demissões sugere aos países um aviso prévio



Miguel Torres fala durante assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo sobre o aviso prévio proporcional

com tempo razoável ou uma indenização compensatória.

Em vários países europeus, a proporcionalidade não é considerada apenas de acordo com o tempo de trabalho. Trabalhadores mais velhos, por exemplo, têm direito a um maior número de dias. Há outros onde os empregados da produção têm mais prazo que os da administração. Vários desses países estabelecem um teto de dias, além da proporcionalidade. Na maioria dos casos, há prazos fixados em contratos coletivos — a lei é usada na inexistência de negociação coletiva, o que é raro.

No Brasil, ações pelo aviso prévio proporcional existem no STF desde 1991, dez anos antes da lei, porque esse direito do trabalhador é previsto na Constituição federal (artigo 7º, inciso 21), promulgada em 1988. Diante da falta de regulamentação, as empresas vinham pagando apenas o mínimo (30 dias), sem levar em conta o tempo de trabalho do demitido. Após a sanção da lei, apareceram vários questionamentos no STF pedindo solução para quem havia sido demitido antes e queria ver valer o direito constitucional.

Segurança jurídica

Em seu voto que estende o aviso prévio proporcional a quem entrou com mandado

de injunção no STF, Gilmar Mendes ressaltou que a decisão se aplica somente aos processos em trâmite naquela Corte. Não deve estender-se indiscriminadamente a outras disputas na Justiça, segundo ele, para preservar a segurança jurídica no Brasil.

Ou seja: o direito ao aviso prévio proporcional não será retroativo aos demitidos de antes de outubro de 2011 que não entraram com ação nem a quem foi julgado em outras instâncias da Justiça. Em outubro, por exemplo, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que a empresa gaúcha Fleury não estava obrigada a pagar o aviso prévio proporcional que havia sido determinado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul), porque a demissão aconteceu antes da sanção da lei.

Para o trabalhador que sofre demissão depois da publicação da lei, o aviso prévio proporcional é garantido, sendo pago junto com as demais verbas rescisórias. Nada impede que quem foi demitido antes da lei e não entrou com ação na Justiça tente solicitar o benefício, mas não há garantia de que a reivindicação será atendida.

Muitos sindicatos estão auxiliando os trabalhadores já demitidos a solicitarem o aviso prévio proporcional, já que a Justiça trabalhista permite reclamações em até dois anos após a dispensa.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, estuda entrar com uma ação constitucional para garantir o direito a todos os demitidos que trabalharam mais de um ano na mesma empresa cujo prazo de 24 meses após a demissão ainda não prescreveu.

O advogado Alves Filho afirma que o cenário ideal seria que a decisão do STF tivesse aplicação sobre todos os níveis de Justiça, para o direito valer desde 1988, quando foi determinado na Constituição. Mas, segundo ele, o tribunal claramente decidiu sobre um caso concreto.

Reparação de danos

Ainda assim, Alves Filho acredita que os trabalhadores demitidos antes da lei podem processar o próprio Estado brasileiro pela omissão na regulamentação de um direito garantido na Constituição federal.

— Seria uma reparação de danos para mostrar aos parlamentares, quase

pedagógica demora na decisão gera um passivo. Se o trabalhador não entrar antes da lei, o aviso proporcional não vale. O empregador não pode simplesmente não pagar o aviso prévio proporcional se não havia lei, só por o advogado.

Para Alves Filho, ninguém reivindica o aviso proporcional na Constituição. A lei que não prevê o direito como algo da realidade brasileira, dá tempo para o trabalhador reclamar o direito porque não está previsto pelo dia a dia. O sustento da decisão é o seguinte: Ontem, talvez não houvesse o aviso prévio proporcional. O Tribunal Superior do Trabalho decidiu que grande parte da população que indeniza o empregado por estabilidade de emprego após o parto, de salários e de decisão não tem orientação preventiva que na carteira de trabalho corresponde ao prazo do aviso prévio de ontem se a mulher não está grávida, a decisão pode recorrer a decisão do STF jurisprudência trabalhadora.

ações antes da lei



Jeffrey Santana

amente, que a regulamentação passivo ao Estado. nador demitido pedir o aviso pré- cional, qualquer or vai contestar lizando que não previsão — disse

es Filho, quase vindicava o aviso al antes porque a o remetia a uma o existia. Soava muito distante e. O trabalhador iz ele, não tinha buscar esse di- e tem que brigar a, pela vida, pelo família.

mbém em relação évio, o Tribunal Trabalho deci- vidade ocorrida íodo — mesmo zado — garante e provisória no té cinco meses com pagamento indenização. A é nova, pois exist- jurisprudencial e a data de saída e trabalho deve er ao término do o prévio. No caso bre a demitida empresa ainda er. No entanto, O TST pode abrir cia para outras as.

Espera de 23 anos pela regulamentação

O projeto que resultou na lei do aviso prévio proporcional (PLS 89/89, do ex-senador Carlos Chiarelli) foi aprovado pelo Senado apenas quatro meses depois da apresentação, no ano seguinte ao da promulgação da Constituição, mas tramitou lentamente na Câmara dos Deputados. Seis anos depois, ficou pronto para votação no Plenário daquela Casa, mas permaneceu paralisado até junho de 2011, quando o STF, ao decidir sobre ações coletivas de quatro demitidos da mineradora Vale, declarou que o Congresso estava sendo omissivo. A aprovação na Câmara aconteceu em 21 de setembro de 2011, sem mudar nada no texto do projeto fosse sancionado logo.

Se os deputados não votassem o projeto do Senado naquela ocasião, o STF criaria uma fórmula para beneficiar o trabalhador no cálculo do aviso prévio. Após 23 anos de espera desde a Constituição, diante do risco de o STF decidir por regras ainda mais onerosas para os patrões, dirigentes empresariais consideraram que uma aprovação na Câmara seria “dos males, o menor”. Os ministros do STF chegaram a cogitar, por exemplo, pagamento de um mês de salário para cada três ou seis anos trabalhados, dez dias de salário para cada ano trabalhado e também um teto de três meses de salário a partir de dez anos de tempo de empresa.

“Força do lobby”

Também foi citado na discussão dos ministros do STF, quando eles buscavam soluções para o cálculo do aviso prévio proporcional, o PLS 112/09, de Paulo Paim (PT-RS). O senador propõe aviso prévio proporcional de até 180 dias para quem tem mais de 15 anos na empresa. Esse direito, explicou o autor da proposta, tem a finalidade de evitar demissões, diferentemente do FGTS, cujo objetivo é garantir a sobrevivência do trabalhador demitido. Paim promoveu audiências públicas sobre o tema, como presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, convidando representantes dos patrões e dos empregados.

— No fim das contas, aprovou-se outro projeto, que era mais antigo. Foi uma vitória parcial, devido



Pedro Franco/Agência Senado

Paim propõe aviso prévio de até 180 dias, mas reconhece avanços na lei

à força do lobby dos patrões. Poderia ser melhor, mas foi um avanço. Valeu a guerra — disse Paim.

Durante os debates no Congresso, empregadores argumentavam principalmente que os trabalhadores seriam prejudicados com a implantação do aviso prévio proporcional. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, por exemplo, alegava que a extensão do direito poderia prejudicar quem pretendesse mudar de emprego. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) estimou um custo adicional de R\$ 1,9 bilhão por ano devido à novidade, desestimulando a geração de empregos. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) propunha o pagamento de apenas um dia por ano trabalhado.

Já os sindicatos de trabalhadores garantem que o aviso prévio proporcional desestimula demissões e reduz a rotatividade de trabalhadores em uma empresa. E apontam um dado estatístico recente para exemplificar como o pagamento do novo direito afetará pouco o desempenho financeiro das companhias: segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, dos 17 milhões de brasileiros demitidos em 2010, 21% deixaram o emprego antes de completar três meses, dentro ainda do período de experiência, e por isso nem receberam aviso prévio.

Outros 56% dos trabalhadores, de acordo com o Caged, deixaram seus empregos em 2010 entre três meses e dois anos depois de terem sido contratados, recebendo 30 dias de aviso prévio. Do total de brasileiros com carteira assinada naquele ano, portanto, somente 23%

tinham mais de dois anos de serviço prestado.

— Várias categorias já tinham o aviso prévio proporcional previsto na convenção coletiva. Agora esse direito vale para todos os brasileiros, como determina a Constituição — comemora João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical.

Juruna diz compreender a demora do Congresso para regulamentar o direito dos trabalhadores ao aviso prévio proporcional.

Representantes de empregadores alegavam que o trabalhador seria prejudicado ao procurar emprego

— Entendo que os parlamentares sofrem pressões de todos os lados enquanto discutem o assunto. Repre-

sentação democrática é assim mesmo. A própria decisão do STF foi uma pressão sobre os congressistas, para votar logo, e em favor dos trabalhadores. Muito positivo — disse o sindicalista.

Outras regras legais foram criadas pelo STF devido à lentidão do Congresso Nacional. Em 2007, o tribunal decidiu que, em caso de paralisação no serviço público, os servidores seriam submetidos às mesmas regras que definem o direito de greve nas empresas privadas. Em 2008, os ministros decidiram estender a uma servidora pública que atuava em condições insalubres as normas de aposentadoria especial na iniciativa privada.

Saiba mais

Lei do aviso prévio proporcional
<http://bit.ly/leiAvisoPrevio>

Norma técnica do Ministério do Trabalho
<http://bit.ly/normaTecnicaMT>

Os 60 mandados de injunção no STF (planilha com links)
<http://bit.ly/STFprocessos>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Como funciona

Antes da lei, o trabalhador cumpria o aviso prévio conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Se deixava o emprego voluntariamente, tinha que continuar trabalhando por 30 dias. Se não quisesse, deveria ressarcir a empresa. Quando o empregado era dispensado, a empresa deveria mantê-lo no trabalho por 30 dias ou liberá-lo, pagando pelo período não trabalhado.

ANTES DA LEI	DEPOIS DA LEI																																												
	Mantém os 30 dias para até um ano de emprego. A partir do segundo ano de serviço, o aviso prévio aumenta três dias por ano, até o máximo de 90 dias (para quem tem mais de 20 anos na mesma empresa)																																												
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>TEMPO DE TRABALHO</th> <th>AVISO PRÉVIO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>de 3 meses a 1 ano</td><td>→ 30 dias</td></tr> <tr><td>mais de 1 ano</td><td>→ 33 dias</td></tr> <tr><td>mais de 2 anos</td><td>→ 36 dias</td></tr> <tr><td>mais de 3 anos</td><td>→ 39 dias</td></tr> <tr><td>mais de 4 anos</td><td>→ 42 dias</td></tr> <tr><td>mais de 5 anos</td><td>→ 45 dias</td></tr> <tr><td>mais de 6 anos</td><td>→ 48 dias</td></tr> <tr><td>mais de 7 anos</td><td>→ 51 dias</td></tr> <tr><td>mais de 8 anos</td><td>→ 54 dias</td></tr> <tr><td>mais de 9 anos</td><td>→ 57 dias</td></tr> <tr><td>mais de 10 anos</td><td>→ 60 dias</td></tr> <tr><td>mais de 11 anos</td><td>→ 63 dias</td></tr> <tr><td>mais de 12 anos</td><td>→ 66 dias</td></tr> <tr><td>mais de 13 anos</td><td>→ 69 dias</td></tr> <tr><td>mais de 14 anos</td><td>→ 72 dias</td></tr> <tr><td>mais de 15 anos</td><td>→ 75 dias</td></tr> <tr><td>mais de 16 anos</td><td>→ 78 dias</td></tr> <tr><td>mais de 17 anos</td><td>→ 81 dias</td></tr> <tr><td>mais de 18 anos</td><td>→ 84 dias</td></tr> <tr><td>mais de 19 anos</td><td>→ 87 dias</td></tr> <tr><td>mais de 20 anos</td><td>→ 90 dias</td></tr> </tbody> </table>	TEMPO DE TRABALHO	AVISO PRÉVIO	de 3 meses a 1 ano	→ 30 dias	mais de 1 ano	→ 33 dias	mais de 2 anos	→ 36 dias	mais de 3 anos	→ 39 dias	mais de 4 anos	→ 42 dias	mais de 5 anos	→ 45 dias	mais de 6 anos	→ 48 dias	mais de 7 anos	→ 51 dias	mais de 8 anos	→ 54 dias	mais de 9 anos	→ 57 dias	mais de 10 anos	→ 60 dias	mais de 11 anos	→ 63 dias	mais de 12 anos	→ 66 dias	mais de 13 anos	→ 69 dias	mais de 14 anos	→ 72 dias	mais de 15 anos	→ 75 dias	mais de 16 anos	→ 78 dias	mais de 17 anos	→ 81 dias	mais de 18 anos	→ 84 dias	mais de 19 anos	→ 87 dias	mais de 20 anos	→ 90 dias
TEMPO DE TRABALHO	AVISO PRÉVIO																																												
de 3 meses a 1 ano	→ 30 dias																																												
mais de 1 ano	→ 33 dias																																												
mais de 2 anos	→ 36 dias																																												
mais de 3 anos	→ 39 dias																																												
mais de 4 anos	→ 42 dias																																												
mais de 5 anos	→ 45 dias																																												
mais de 6 anos	→ 48 dias																																												
mais de 7 anos	→ 51 dias																																												
mais de 8 anos	→ 54 dias																																												
mais de 9 anos	→ 57 dias																																												
mais de 10 anos	→ 60 dias																																												
mais de 11 anos	→ 63 dias																																												
mais de 12 anos	→ 66 dias																																												
mais de 13 anos	→ 69 dias																																												
mais de 14 anos	→ 72 dias																																												
mais de 15 anos	→ 75 dias																																												
mais de 16 anos	→ 78 dias																																												
mais de 17 anos	→ 81 dias																																												
mais de 18 anos	→ 84 dias																																												
mais de 19 anos	→ 87 dias																																												
mais de 20 anos	→ 90 dias																																												

30 dias de aviso prévio, qualquer que fosse o tempo de serviço prestado pelo trabalhador, a partir dos três meses de contrato de experiência

Cada acréscimo de três dias é conquistado pelo trabalhador logo que se inicia **novo ano** de serviço na empresa (*norma técnica 184*)

Trabalhador que se demite não precisa pagar aviso prévio proporcional, somente os **30 dias** (*norma técnica 184, do Ministério do Trabalho, expedida em maio de 2012*)

A nova regra vale também para **empregados domésticos** com carteira assinada

Proposta prevê até 4 anos de prisão para quem libera funcionamento de casas de espetáculo sem alarme de incêndio ou porta corta-fogo

Projeto de Viana pune autoridade que dá alvará a boate sem segurança

O INCÊNDIO NA boate Kiss, em Santa Maria (RS), motivou Jorge Viana (PT-AC) a apresentar um projeto regulamentando a expedição de alvarás de funcionamento para casas de espetáculos e boates. A proposta também inclui no Código Penal crimes relacionados à falta de segurança desses locais.

Em discurso, o senador explicou as principais regras do projeto, elaborado com a Consultoria Legislativa do Senado e já entregue à Mesa. Regras semelhantes, segundo ele, já são adotadas em vários lugares do mundo.

— Essa é uma tentativa de criar uma norma geral que possa ser um balizador da ação dos governadores e prefeitos — afirmou.

Entre as exigências, estão a presença de um extintor de incêndio a cada 200 metros quadrados, equipamentos de proteção contra fogo (exaustores, por exemplo), de para-raios, de alarme sonoro de incêndio, de luzes de emergência, de saídas com portas corta-fogo (uma porta para cada 250 pessoas) e de algum tipo de entrada para carros de bombeiros.

O projeto proíbe a existência de isolantes de som tóxicos e o uso de material pirotécnico nos recintos fechados, salvo



A boate Kiss, após o incêndio que matou 239 pessoas; ao lado, Jorge Viana

se houver autorização das autoridades competentes.

A proposta de Viana exige o acompanhamento dos eventos por no mínimo duas pessoas treinadas pelos bombeiros. Elas devem saber operar equipamentos contra incêndios e evacuar ordenadamente o recinto. A cada grupo extra de 250 pessoas, deve-se acrescentar um assistente.

Os estabelecimentos que descumprirem as normas pagarão multa e poderão perder o alvará de funcionamento. O projeto acrescenta no Código Penal a pena de reclusão de um a quatro anos à autoridade que conceder ou renovar o alvará a locais que não atendam aos requisitos de segurança previstos

em lei ou regulamento local, pondo em risco a vida das pessoas.

— Que fique bem claro que estamos alterando o Código Penal. Passa a ser crime o caso de alguma autoridade de município ou de estado que forneça alvará ou que renove alvará sem levar em conta a necessidade de segurança para os que frequentam esses estabelecimentos — frisou o senador.

Reforma política

Viana voltou a pedir prioridade à reforma política já em tramitação no Congresso como forma de enfrentar conflitos entre os três Poderes, dar transparência ao voto, às



Moreira Mariz/Agência Senado

campanhas e aos partidos e diminuir a judicialização da política.

— No Brasil e no mundo, a política está em baixa. Apesar dos avanços da nossa democracia, o Congresso poucas vezes esteve tão desprestigiado como agora. É bem verdade que a responsabilidade disso, em boa parte, é do próprio Parlamento. Atravessamos um momento crítico. Há quem diga que falta representatividade ao Legislativo.

Proposta beneficia deficientes no serviço público

As pessoas com deficiência podem encontrar ainda menos barreiras para ingressar no serviço público. Um projeto de lei apresentado neste mês determina que a avaliação da aptidão da pessoa com deficiência aprovada em concurso público seja feita durante o estágio probatório.

A proposta proíbe qualquer presunção de incompatibilidade entre a deficiência e o exercício do cargo.

Elaborado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o PLS 23/13 prevê que a exoneração do servidor com deficiência somente poderá ocorrer na hipótese de incompatibilidade total, desde que comprovada a inviabilidade de aproveitamento dessa pessoa em outra atividade em sua carreira.

Segundo o senador, o que motivou o projeto foi o preconceito ainda existente em determinadas carreiras públicas, que não aceitam pessoas com deficiência.

— Parte-se da premissa de que as limitações da pessoa com deficiência, quaisquer que sejam, não permitirão o pleno desempenho de todas as funções na sua carreira, sem considerar as várias adaptações e ajudas possíveis ou o aproveitamento dessas pessoas em atividades que em nada são afetadas pela sua condição — afirmou Paim.

O autor da proposta deu o exemplo da atividade policial, considerada por muitas pessoas incompatível com as deficiências de candidatos:

— É fácil constatar que nem toda limitação impede plenamente o exercício de qualquer atividade, sobretudo com os inúmeros recursos que existem para suavizar ou eliminar as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

O projeto está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Se for aprovado lá, irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e depois para a Câmara dos Deputados.

Merenda escolar deve priorizar produção de mulheres

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) poderá priorizar a compra de produtos cultivados por grupos de mulheres vinculadas à agricultura familiar. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Agricultura (CRA) e aguarda votação, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A prioridade é prevista em projeto (PLS 680/11) de Ana Rita (PT-ES), que também determina que 50% do valor da compra de alimentos produzidos pela família rural individual devem ser



Centro Educacional em Salvador: projeto de Ana Rita aguarda votação na CDH

efetuados em nome da mulher.

A norma em vigor já reserva, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE para aquisição de produtos de integrantes

de assentamentos da reforma agrária e de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

A relatora, Ângela Portela

(PT-RR), comentou estudo do Ipea de 2010, mostrando que já passa de 22 milhões o número de famílias chefiadas por mulheres.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Verba para atingidos pelas secas em pauta na Comissão de Orçamento

Também está na pauta da CMO o projeto que permitiu incluir no Orçamento de 2013 o reajuste para diversas categorias de servidores

ENQUANTO O CONGRESSO não vota o Orçamento para 2013, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) prossegue com suas atividades. Hoje, às 14h30, um dos principais itens da pauta é a medida provisória que abre créditos extraordinários de R\$ 573,33 milhões para, entre outros objetivos, auxiliar famílias atingidas pela seca.

A MP 596/12 destinou R\$ 358 milhões ao Ministério da Integração Nacional, sendo R\$ 200 milhões para ações de defesa civil e R\$ 158 milhões para auxílio emergencial financeiro.

De acordo com o governo, os recursos visam ao atendimento das vítimas de desastres naturais, especialmente nos casos reconhecidos como “situação de emergência” ou “estado de calamidade pública”.

São Francisco

A seca e a dificuldade de o governo federal concluir a transposição de águas do Rio São Francisco foram alvo de discurso de Cícero Lucena (PSDB-PB).

Ele fez duras críticas aos governos de Lula e Dilma Rousseff pela demora no término das obras, que já custam o triplo do planejado.

De acordo com o senador,

apesar da promessa de socorrer a região do semiárido, esses dois presidentes teriam sido mais bem sucedidos no marketing do que na efetiva distribuição de água.

— Para um projeto que se enquadra no chamado Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, tem faltado o vetor essencial: celeridade — reclamou.

Cícero lembrou que transposição foi acertada ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, com orçamento inicial de R\$ 4,8 bilhões e prevista para 2012. No entanto, disse ele, os gastos atingem R\$ 8,2 bilhões com apenas 43% das obras concluídas e, ainda assim, graças ao empenho do Exército no projeto, que estaria com quatro dos nove lotes paralisados.

O governo federal estima a conclusão das obras para depois das eleições presidenciais do ano que vem, provavelmente em 2015.

Para o senador, o problema de gestão das obras deve-se à ausência de planejamento, indiferença no cumprimento de prazos e “eloquente conivência dos órgãos responsáveis que evidenciam a lamentável situação presente”.

— Mas o que temos, neste início de 2013, são desculpas



Cícero Lucena (abaixo) resalta a importância da transposição para o semiárido

e explicações evasivas para obras abandonadas, muitas em franca deterioração, servindo de morada para bodes e jumentos — disse.

Ele afirmou que a obra de transposição, quando concluída, deve beneficiar 12 milhões de pessoas que vivem no semiárido, principalmente em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Servidores

Também está na pauta da CMO o PLN 55/12, projeto de lei do governo que permitiu incluir no Orçamento de 2013 o reajuste de salários para diversas categorias de servidores



públicos, como as de auditor-fiscal da Receita Federal e de analistas do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários. Essas categorias ainda não estavam entre as que devem receber o aumento de 15,8% parcelado em três anos.

O relator da matéria é Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Vital quer redistribuição de médicos pelo país

Vital do Rêgo (PMDB-PB) afirmou que a distribuição de médicos no Brasil é “concentradora e profundamente injusta”. O senador diz que é discutível a afirmação de que faltam médicos. O problema, segundo ele, é a escassez de profissionais onde há mais demanda.

Ele citou sua proposta de emenda constitucional que cria a carreira de médico exclusivo do SUS (PEC 34/11). O ingresso na carreira seria por concurso público, com distribuição das vagas no território nacional obedecendo critérios de necessidade e escassez de profissionais nas diversas regiões do país. Além disso, há a previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento, a vedação do exercício de outro cargo público (exceto magistério) e estabilidade após três anos de efetivo exercício.



Vital aborda falta de médicos em certas regiões



Senador questiona retiradas de fundo estadual

Taques pede investimento em transportes no MT

O setor de infraestrutura de transportes de Mato Grosso está abandonado e necessita de planejamento mais eficiente, segundo Pedro Taques (PDT-MT). O senador questionou a retirada pelo governo do estado de uma parcela do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) para aplicar em obras que não estão sendo realizadas, ou que não são relacionadas ao setor.

Segundo reportagem do jornal Diário de Cuiabá, nos últimos quatro anos, mais de meio bilhão de reais do Fethab — 30% do fundo — foram reservados para custear projetos e ações relacionados à Copa de 2014. A arrecadação do fundo, destacou Taques, cresceu 40%, mas a parcela repassada à Secretaria de Transportes cresceu apenas 3,4% em 2012, em relação ao total de 2009.

Raupp defende expansão de projeto ambiental

A possibilidade de expansão do Projeto Município Verde — implantado primeiramente em Paragominas (PA) — para municípios de Rondônia que apresentem altos níveis de desmatamento foi comemorada por Valdir Raupp (PMDB-RO)

— O projeto busca desenvolver, junto às populações locais, novos modelos de exploração econômica, invertendo a lógica do desmatamento — afirmou.

O senador explicou que Paragominas, em 2008, pertencia ao grupo dos 36 municípios que mais desmatavam a Floresta Amazônica e, em menos de dois anos, conseguiu sair da lista e se tornar exemplo de sustentabilidade. Raupp registrou visita recente feita por ele e por outras autoridades ao município.



Projeto Município Verde é elogiado por Raupp

Projeto cria regras para faculdades comunitárias

Começou a tramitar no Senado o projeto que regulamenta o funcionamento das instituições comunitárias de educação superior. Aprovado pela Câmara no ano passado, autoriza essas entidades a receber recursos públicos. O PLC 1/13 é da deputada licenciada Maria do Rosário e está na Comissão de Educação.

O texto lista as características básicas de uma universidade comunitária: constituição na forma de associação ou fundação de direito privado, patrimônio pertencente à sociedade civil ou ao poder público, não distribuição de sua renda, aplicação integral dos recursos nas suas atividades e desenvolvimento permanente de ações comunitárias.

A proposta determina que as verbas repassadas pelo poder público devem ser aplicadas na prestação de serviços gratuitos à população, como vagas em cursos de graduação e pós-graduação e atividades culturais e esportivas.

As instituições comunitárias são reconhecidas na lei de forma genérica como escolas privadas sem fins lucrativos. Não há lei específica para centros comunitários de ensino superior ou que autorize o repasse de verba pública.

Paim cita dificuldades para revalidar diplomas

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a desburocratização da validação de diplomas universitários emitidos no exterior. O senador sugeriu a criação de um mecanismo de reconhecimento mútuo para simplificar a capacidade de análise dos títulos e aproximar os sistemas educacionais do Mercosul.

Paim disse que tem recebido, de forma crescente, correspondências de estudantes reclamando das dificuldades de validação de seus diplomas emitidos fora do Brasil.

— O processo de reconhecimento é extremamente demorado, burocrático, e, como eles dizem, exige uma longa caminhada — informou.

O fato de cada universidade pública ter autonomia para estabelecer critérios próprios para o reconhecimento desses diplomas é a causa da demora no processo e da cobrança de taxas exorbitantes, segundo Paim.

— Os trâmites pesam no bolso de quem estudou lá fora e está desempregado aqui no Brasil. Cada instituição cobra quanto quer — disse.

PEC que está na Câmara dos Deputados retira de procuradores direito de realizar investigações; senador disse que aprovação da proposta transformaria o Brasil num “paraíso da impunidade”

Randolfe: país é contra tirar poder do Ministério Público

RANDOLFE RODRIGUES (PSOL-AP) criticou a proposta de emenda à Constituição (PEC 37/11 na Câmara) que retira os poderes investigativos do Ministério Público. O senador leu, em Plenário, a íntegra de nota oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que defende a atuação do Ministério Público.

— Essa manifestação da CNBB só demonstra o quanto é clara a oposição que tem a sociedade brasileira a essa famigerada proposta de emenda à Constituição, que lamentavelmente avança na Câmara dos Deputados. É uma PEC da insensatez — afirmou.

No documento, a CNBB destaca a atuação do MP no combate à corrupção:

“A importância do Ministério



Randolfe critica PEC que tira poder investigativo do Ministério Público

Público em diversas investigações essenciais ao interesse da coletividade é fundamental para o combate eficaz da impunidade que grassa no país. Não se deve, portanto, privar a sociedade brasileira de nenhum instrumento ou órgão cuja missão precípua seja a de garantir transparência no

trato com a coisa pública e segurança ao povo. A PEC é danosa ao interesse do povo, devendo ser, por isso, rejeitada.”

Para Randolfe, caso a PEC vire realidade, o Brasil poderia se tornar “um verdadeiro paraíso da impunidade”. Ele citou como exemplo da relevância do Ministério Público para o Brasil a investigação de procuradores que ajudou a desvendar o esquema criminoso capitaneado pelo contraventor Carlinhos Cachoeira.

— Essa PEC avança contra toda a lógica mundial do estado democrático de direito e ofende a Constituição de 1988 — disse.

Em aparte, Pedro Taques (PDT-MT) apoiou o pronunciamento do colega.

Collor pede ao Senado que processe e julgue Gurgel

Fernando Collor (PTB-AL) defendeu ontem que o Senado tome providências contra o procurador-geral da República, Roberto Gurgel. O senador citou a Constituição, que estabelece como competência privativa do Senado processar e julgar o procurador-geral da República nos crimes de responsabilidade.

Collor lembrou que suas denúncias contra Gurgel vêm sendo feitas há nove meses e resultaram em 11 representações, nas esferas cível, penal e administrativa. Entre as acusações do senador, estão crime de prevaricação, improbidade administrativa, inércia ou excesso de prazo e irregularidades em

processo licitatório. Três dessas representações, por crime de responsabilidade, foram protocoladas no Senado.

— Se de fato existem indícios, constatações e provas desabonadoras e até criminosas da conduta do senhor Roberto Gurgel à frente da Procuradoria-Geral da República, nada mais natural e saudável para a democracia que o Senado Federal exerça as suas atribuições e, mais do que isso, os seus deveres constitucionais para esclarecer os fatos e julgar adequadamente — afirmou.

As denúncias do senador contra Gurgel tiveram início com a CPI do Cachoeira, no ano passado. Na época,



Fernando Collor defende medidas contra procurador-geral da República

parlamentares questionaram o sobrestamento da Operação Vegas, que investigara Cachoeira em 2009. Para Collor, a opção de Gurgel por paralisar as investigações permitiu à organização criminosa agir até 2012, quando Cachoeira foi preso em outra operação da Polícia Federal, a Monte Carlo.

— Os prejuízos à nação foram enormes pela inação do sr. Roberto Gurgel — disse.

Cassol se diz perseguido por procurador de RO

Ivo Cassol (PP-RO) se defendeu de acusações de compra de votos e improbidade administrativa. O senador afirmou que a imprensa, no mês passado, noticiou que ele foi julgado e condenado a cinco anos de inelegibilidade e multa de R\$ 300 mil por improbidade administrativa. Para ele, trata-se de perseguição do Ministério Público.

Cassol disse ter sido absolvido da denúncia feita pelo Ministério Público Eleitoral em todas as instâncias superiores, em Brasília. Afirmou que o juiz de primeira instância “foi induzido pelo Ministério



Cassol afirma que foi absolvido de acusações feitas pela Procuradoria

Público a cometer um erro.”

De acordo com Ivo Cassol, o procurador autor da denúncia o persegue desde quando era prefeito de Rolim de Moura (RO). A perseguição, acrescentou, vem desde que ele denunciou a extração ilegal

de madeira comandada por um procurador. Também atribuiu essa perseguição às denúncias que fez de exploração ilegal de diamantes em Rondônia.

— Não posso aceitar, como cidadão. O procurador vem me perseguindo desde a época em que era prefeito. O Ministério Público fez a denúncia na base do achado, do talvez. Bota o nome da gente no lixo, e a gente é visto como bandido no nível nacional — afirmou.

Cassol afirmou que 86% das denúncias feitas contra prefeitos não procedem.

Cristovam lembra “imensa generosidade” de Fernando Lyra

Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou ontem um requerimento de homenagem ao ex-deputado e ex-ministro da Justiça Fernando Lyra, morto no último dia 14.

O senador disse ter ingressado na política pelas mãos do ex-ministro — Cristovam foi chefe de gabinete no ministério — e contou que nunca deixou de tê-lo como conselheiro político.

Cristovam pediu que a homenagem fosse também acompanhada de voto de profundo pesar e de apresentação de condolências à família.

Segundo o senador, Fernando Lyra foi um político de princípios, que “fazia política com objetivos, com propósitos, não com interesses menores”. Para Cristovam, o ex-ministro sabia aonde queria chegar, e sua primeira meta sempre foi a democracia, uma vez que começou na política combatendo o regime militar.

O parlamentar lembrou que Lyra era um grande articulador político e teve coragem para fazer um caminho diferente quando era preciso. Cristovam citou a adesão do ex-ministro à



Cristovam Buarque apresentou requerimento de homenagem a Lyra

eleição de Tancredo Neves à Presidência da República no colégio eleitoral, em 1984, depois que a emenda para eleições diretas foi derrotada no Congresso.

O senador lembrou ainda que, como ministro, Fernando Lyra participou de decisões que mudaram o país, como o fim da censura e a adoção do multipartidarismo. Ele destacou a “imensa generosidade” do ex-ministro, que “em nenhum momento colocava o interesse pessoal na frente do interesse do grupo ao qual pertencia, fosse um partido político, fosse o grupo dos seus amigos”.

Associaram-se à homenagem, em apartes, os senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Alvaro cobra explicações sobre ação de embaixador cubano

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento convocando o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, para se pronunciarem sobre a notícia de que o embaixador cubano no Brasil, Carlos Zamora, teria mobilizado militantes contra a blogueira dissidente Yoani Sánchez. Depois de várias tentativas, ela teve permissão do regime cubano para viajar e encontra-se no Brasil.

— Estou propondo a convocação para que falem ao Plenário do Senado porque a Comissão de Relações Exteriores ainda não foi instalada e certamente teremos aí uns 15 dias para que ela volte à rotina de trabalho — destacou. O senador afirmou que a atitude do embaixador de Cuba no Brasil é uma afronta à soberania nacional.

— Em poucos dias, dois embaixadores no Brasil rasgaram a Convenção de Viena: o da Venezuela, recentemente, participando de um evento em defesa de mensaleiros condenados pelo Supremo Tribunal Federal; e, agora, o de Cuba — criticou.

Alvaro afirmou que vai



Alvaro: mobilização contra Yoani Sánchez afronta a soberania nacional

encaminhar à Comissão de Relações Exteriores requerimento convocando os embaixadores de Cuba e da Venezuela para falarem sobre os eventos.

Saúde pública

O senador considerou caótica a situação da saúde pública brasileira, com “a falência das Santas Casas de Misericórdia e dos hospitais filantrópicos”. Ele apontou, entre as causas do problema, “a falta de responsabilidade financeira e de gerenciamento do governo federal”.

— O cenário é desolador e deve se agravar neste ano. Em que momento o governo federal vai se sensibilizar com esse cenário de falência que ameaça lacrar as portas das Santas Casas e hospitais filantrópicos? — indagou.